



Estrasburgo, Bruxelas e Luxemburgo, os três locais de trabalho do Parlamento Europeu

Estrasburgo é a sede do Parlamento Europeu, mas a maioria das actividades das comissões parlamentares tem lugar em Bruxelas, enquanto que o seu Secretariado-Geral está no Luxemburgo. Esta situação foi estabelecida na Cimeira de Edimburgo, em 1992, e no Tratado de Amesterdão (1999). Razões históricas estão por detrás desta divisão, mas, na prática, nem sempre é fácil mantê-la.

Se quiser encontrar-se com um deputado no Parlamento Europeu, é melhor perguntar exactamente onde será o encontro. Pode, inadvertidamente, partir para a sede oficial do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, com a intenção de se encontrarem lá, e descobrir depois que essa pessoa espera por si em Bruxelas (ou ao contrário). Então por que é que o Parlamento Europeu divide as suas actividades entre três cidades?

Em 1951, todas as instituições da recém-criada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) deveriam ter sido sediadas em Bruxelas. Era essa a escolha dos membros fundadores, à excepção do então primeiro-ministro belga, que, disse-se, preferia escolher Liège. A unanimidade era necessária para decisões deste tipo e, na ausência de um acordo sobre Bruxelas, foi escolhido o Luxemburgo. Esta situação levantou um problema à assembleia parlamentar da CECA, uma vez que não havia uma câmara suficientemente grande para acomodar os seus membros. O lugar que ficava mais perto era a câmara do Conselho da Europa, em Estrasburgo. Por isso, a partir de 1952, a capital alsaciana, símbolo da reconciliação franco-alemã, transformou-se no local de encontro para as sessões plenárias do Parlamento Europeu.

Mas com a fundação, em 1957, da CEE (a Comunidade Económica Europeia), e à medida que as actividades da Comunidade aumentaram, uma parte crescente das actividades institucionais foram encaminhadas para Bruxelas. Instituições jurídicas e financeiras, como o Tribunal de Contas, permaneceram no Luxemburgo, mas a capital belga transformou-se no ponto fulcral para a maior parte das actividades da Comissão Europeia e do Conselho. A Assembleia, que se tornou, em Março de 1962, no Parlamento Europeu, foi transferindo progressivamente as suas actividades para Bruxelas. Na sequência do relatório, de Janeiro de 1989, do deputado conservador Derek Prag, a transferência parcial para Bruxelas foi oficialmente aceite. O objectivo era racionalizar os trabalhos e trazê-los para mais perto da Comissão e do Conselho. As sessões plenárias ainda se realizariam em Estrasburgo, mas as sessões adicionais poderiam ter lugar em Bruxelas. O Parlamento distribuiu, portanto, os seus serviços por três locais, o que acontece ainda nos dias de hoje.

Durante vários anos, a Bélgica e a França não conseguiram chegar a acordo sobre a localização da sede oficial. Foi no Conselho Europeu de Edimburgo, em 1992, que es-

te foi, por fim, alcançado. A Bélgica aceitou que Estrasburgo seria a sede oficial do Parlamento Europeu, com doze sessões plenárias, assegurando que outras actividades (reuniões das comissões parlamentares e dos grupos políticos e sessões adicionais) decorressem em Bruxelas. Este acordo foi incorporado num Protocolo ao Tratado de Amesterdão (que entrou em vigor em 1999). Hoje em dia, o Parlamento, com os seus 732 deputados, já não arrenda o auditório do Conselho da Europa, organização que aumentou também de dimensão. Tem as suas duas câmaras para sessões plenárias, uma em Estrasburgo, outra em Bruxelas, enquanto que o seu Secretariado-Geral permanece no Luxemburgo. Argumentos contra a escolha destes lugares são bastante regulares, devido às consequências orçamentais e práticas desta divisão geográfica. No entanto, qualquer mudança requer um acordo por unanimidade no Conselho de Ministros.